

ENTREVISTA

com Cristina Scheibe Wolff

**POR JULIANA MAGALHÃES DOS SANTOS E
TALITA NUNES SILVA**



A entrevistada do nº 24 da *Revista Cantareira* é uma das maiores especialistas em estudos de gênero do país. É doutora em História pela Universidade de São Paulo, pós doutora pela Université de Rennes II e pela University of Maryland at College Park, professora da UFSC e coordenadora da Revista de Estudos Feministas. É ainda uma das organizadoras do 13o. *Women's Worlds Congress*, que será realizado na UFSC em 2017. Nessa entrevista, concedida via email, a pesquisadora nos conta sobre sua trajetória acadêmica e suas visões sobre a História das Mulheres e os Estudos de Gênero.

Revista Cantareira [RC]: Quais foram as motivações e interesses que a levaram a optar pela temática e os estudos gênero na História?

Cristina Scheibe Wolff [CSW]: Comecei muito cedo a estudar história das mulheres. Tudo começou quando comecei a fazer pesquisa para professora Joana Maria Pedro, que estava na época fazendo seu doutorado. Eu fui pesquisar jornais de Blumenau, em Santa Catarina, e comecei encontrar coisas muito interessantes sobre as mulheres naqueles jornais. Dessa experiência nasceu minha dissertação de mestrado que se chamou *mulheres da colônia Blumenau: cotidiano de trabalho*. Mas é claro que também tive outras motivações, me chamava atenção a questão do feminismo, como uma questão importante para sociedade como um todo..

RC: É possível refletir os efeitos da tensa relação de conceitos como machismo e feminismo nas análises e estudos de gênero? Qual o impacto de tais conceitos?

CSW: Eu acho que os estudos de gênero existem justamente porque vivemos numa sociedade machista. Os estudos de gênero nasceram do feminismo, da necessidade que se criou, a partir do feminismo, de compreender as maneiras pelas quais acontece a opressão e subordinação das mulheres nos contextos sociais mais diversos. O machismo, porém, não é o contrário de feminismo. O machismo é um fenômeno social e cultural, uma cultura e uma ideologia que “naturaliza” a subordinação das mulheres. Para homens e mulheres machistas, é “natural” que as mulheres sejam subordinadas aos homens, que se encarreguem de todos os trabalhos domésticos, que não estejam em lugares de poder, que precisem

ser “protegidas”, “ensinadas”, e assim justificam violências físicas, psicológicas, patrimoniais contra as mulheres. O feminismo, por outro lado, pretende a igualdade, não o predomínio das mulheres, mas que homens e mulheres tenham liberdade, que possam ser iguais, que possam estar nos mesmos lugares, trabalhar pelo mesmo salário nas mesmas tarefas.

[RC]: Como as lutas de grupos com participações históricas e força social minoritárias como por exemplo negros, indígenas, mulheres, transgêneros entre outros tem influenciado seu trabalho?

[CSW]: Como coloquei na questão anterior, foram as lutas das mulheres, através do feminismo que abriram caminho para os estudos de gênero. Da mesma forma, na medida em que outros grupos sociais se organizam, os estudos acadêmicos tornam-se urgentes e acabam criando uma relação dialógica e dialética com estes movimentos. Esses movimentos influenciam meu trabalho na medida em que eles chamam a atenção para as interseccionalidades. Não é a mesma coisa ser mulher branca ou ser mulher negra na nossa sociedade. As reivindicações das mulheres indígenas, por toda a América Latina, são muitas vezes específicas. Quando trabalhei sobre a história das mulheres no Alto Juruá, no Acre, que eram seringueiras e muitas com origens indígenas, escrevi um capítulo todo sobre essa relação paradigmática entre homens “brancos” e mulheres indígenas¹. Veja que coloquei entre aspas o “brancos”, pois essa ideia de “branquitude” muda com o contexto. Muitos daqueles homens, se estivessem em Santa Catarina, não seriam considerados “brancos”. Depois trabalhei um pouco com isso em. Santa Catarina, pois me chamou a atenção para uma quantidade muito grande de mulheres indígenas que eram “pegas a laço”, como diziam, e foram incorporadas na sociedade de Santa Catarina, e esquecidas nas histórias familiares que tendem a enfatizar a imigração e herança europeias. Ainda não tive a oportunidade de trabalhar com mais de perto com a questão das mulheres negras e das trans, a namorada ser orientando alguns trabalhos (sic), mas acho importantíssimo que se leve sempre em conta as diversidades raciais/étnicas, geracionais, de classe, e as sexualidades em todas as pesquisas que também problematizam o gênero, pois, como diz Joan Scott, o gênero é um elemento das relações sociais, que deve ser analisado junto com os outros elementos. Mas ele não deve ser menosprezado e esquecido, já que é um elemento fundamental, tanto quanto classe, raça ou sexualidade.

[RC]: Em suas produções, artigos e livros, a discussão sobre gênero, militância e trabalho se sobressaem. Como estas temáticas conversam entre si e quais as principais reflexões que podemos extrair delas para o atual momento em que vivemos?

CSW: Para mim a questão do trabalho sempre foi fundamental para entender o sistema de gênero que coloca as mulheres como subordinadas, mas não dá para compreender isso se não levarmos em conta os aspectos culturais e do imaginário. Então quando comecei a explorar o tema da militância das mulheres nas organizações de esquerda no Brasil e no Cone Sul, uma das questões que perguntava sempre era que tarefas as mulheres faziam nas suas organizações. Afinal a militância também é um trabalho. E era interessante, pois em muitas organizações de esquerda, que se diziam revolucionárias, as mulheres reclamavam que eram muitas vezes relegadas a tarefas que eram consideradas “secundárias” como por exemplo, trabalhar e trazer dinheiro para sustentar a célula ou sua família. Nesse contexto, o trabalho principal era o de articulação e elaboração política, o que era muitas vezes designado

¹WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres da Floresta: uma história. Alto Juruá, AC, 1890-1945. São Paulo: HUCITEC, 1999.

aos homens. Mas muitas dessas mulheres brigaram muito e abriram caminhos nessas organizações, colocando-se como interlocutoras políticas, eventualmente assumindo papéis de liderança, se constituindo como militantes e ativistas, tomando o espaço público. Acho que no momento atual, há dois movimentos contrários que geram um embate público muito interessante para a análise social. De um lado uma série de grupos e forças políticas retrógradas, que querem mandar as mulheres de volta para o espaço doméstico, para comportamentos ditos “femininos”, que voltem a ser “belas, recatadas e do lar”. Estes grupos apareceram muito publicamente na votação da admissibilidade do impeachment da Presidenta Dilma, no dia 17 de abril de 2016. Aqueles deputados e deputadas que votaram por suas famílias, pelas suas igrejas, pelas suas propriedades, estavam escrevendo um manifesto não somente contra Dilma, mas contra as mulheres na política, contra todas nós. Por outro lado, temos uma grande efervescência de movimentos de mulheres de cunho feminista, desde alguns anos, e que nestes últimos meses estão tomando as ruas de todo o país tanto na defesa da democracia quanto na luta contra a violência. Há uma conexão entre essas duas lutas, pois as propostas políticas daqueles grupos retrógrados, que se traduzem em muitos projetos de lei, vão no sentido de tirar das mulheres e homens, direitos que foram conquistados com muitas lutas.

RC: Como você enxerga as conquistas das mulheres brasileiras no contexto de produção acadêmica, e em nível geral, da sociedade atual (mercado de trabalho, conquistas sociais, representação de grupos minoritários)?

CSW: As mulheres brasileiras têm conquistado um espaço grande tanto na academia como na sociedade em geral, mas sempre enfrentando o machismo. Ou seja, conquistamos direitos, mas a cada passo temos que estar enfrentando barreiras que se traduzem em piadinhas das colegas e professores, “cantadas” que na verdade são maneiras de constringer as mulheres, diversos tipos de assédio e abusos, violência física e simbólica. A todo momento temos que nos reafirmar, ser muito competentes em nossos trabalhos para que possamos justificar qualquer posição de poder ou reconhecimento acadêmico, e ao mesmo tempo, se cobra muito das mulheres que continuem com seus papéis de mães e donas de casa, que tenham a dupla ou tripla jornada, sendo perfeitas em tudo. Não há esta cobrança para os homens da mesma maneira, eles são cobrados de formas diferentes, em termos de adesão a padrões de masculinidade. Mas para as mulheres recai um peso muito grande que se traduz em trabalho, em culpas, e em renúncia muitas vezes de oportunidades nas carreiras em nome da família, dos filhos, maridos.

RC: Como você analisa a recepção do debate sobre gênero, sexualidade, teoria queer e movimentos feministas atualmente?

CSW: Atualmente a recepção destes debates na sociedade está muito comprometida por uma campanha realizada no âmbito da Igreja Católica e outras instituições conservadoras que começaram a divulgar a ideia de que haveria uma “ideologia de gênero” divulgada na academia e nas escolas, e que essa ideologia faria propaganda da Homossexualidade, promoveria promiscuidade, entre outras calúnias e inverdades. Através desta campanha, esses grupos conseguiram retirar do Plano Nacional de Educação e de muitos planos estaduais e municipais, ações educativas que visavam trabalhar a partir da escola questões como a igualdade entre homens e mulheres, a liberdade com relação à orientação sexual, a eliminação do sexismo e da homofobia, o combate à violência de gênero, a violência sexual e a violência contra os LGBT. Acredito que precisamos lutar contra essa campanha de todas as maneiras, na escola, nos meios de comunicação de massa, nas redes sociais, nas conversas com amigos e familiares,

desmistificando essa chamada “ideologia” e mostrando a importância de conceitos como igualdade, liberdade, combate a todas as formas de preconceito e violência. Aliás estes princípios estão na constituição brasileira, que tem sido tão achincalhada ultimamente, no seu artigo 30.

“Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”

O Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC produziu uma pequena cartilha sobre esse tema que está disponível para download em <http://www.legh.cfh.ufsc.br/806-2/>.

RC: Ainda é possível afirmar que existam preconceitos contra os estudos de gênero na Academia e fora dela?

CSW: Certamente há preconceitos tanto dentro como fora da academia. É comum ouvirmos que as questões de gênero não são tão importantes, que são coisa de feministas e homossexuais, esse tipo de desqualificação. Piadinhas, risinhos, isso tudo nos acompanha. Esperamos que a mobilização atual contra a violência contra as mulheres e contra a cultura do estupro, que no fundo é o machismo, ajudem a mudar este panorama e a fazer as pessoas refletirem sobre a importância dos estudos de gênero e sobre as sexualidades.

RC: Quais os desafios que a categoria enfrentou como noção e saber social em períodos como a ditadura militar? Quais as possibilidades de reflexão frente o atual cenário político e econômico brasileiro?

CSW: Gênero somente se constituiu enquanto uma categoria de análise do social no final dos anos 70 e somente chegou ao Brasil de forma mais consistente no início dos anos 1990. Mas acho que o que vocês estão querendo saber é sobre o feminismo no período da ditadura, entre 1964 e 1989. Acho que para isso é preciso compreender o feminismo em dois dos seus aspectos. O feminismo como um conjunto de ideias, que foi espalhado pelo mundo a partir de livros, jornais, peças de teatro, entre outras formas e o feminismo como movimento social. Depois da chamada primeira onda feminista, conhecida pela luta pelo voto feminino especialmente, e pela educação das mulheres, que ocorreu a partir do final do século XIX, há uma continuidade na construção das ideias feministas, mas um certo refluxo dos movimentos reivindicativos de mulheres que foram chamados de feministas. É a partir do final dos anos 1960 que começam a se articular novos movimentos feministas, agora centrados em outras reivindicações como os direitos reprodutivos, a luta contra a violência, por igualdade no mercado de trabalho, entre outras. No Brasil isso foi um pouco retardado pela ditadura por dois motivos: por que qualquer manifestação, passeata ou reunião política era vista com maus olhos pela repressão, mas também porque os grupos políticos achavam mais importante lutar contra a ditadura do que reivindicar os direitos das mulheres, e achavam que isso não poderia ser feito ao mesmo tempo, que deveriam priorizar as lutas contra a ditadura. Mas em 1975, a esquerda brasileira tinha sido muito esmagada pela repressão, e a ONU declarou que

aquele seria o ano internacional das mulheres. Com apoio da ONU, vários grupos de mulheres puderam se organizar no Brasil, e, a partir daí, vários movimentos se organizaram. Mas vejam que já circulavam no Brasil muitas ideias feministas por esta época. Criaram-se jornais feministas, como o *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres* e o *Mulherio*. A essa altura muitas mulheres militantes que tinham sido exiladas já estavam voltando e começaram também a se integrar nos movimentos. Neste momento o que vejo é o surgimento de muitos novos coletivos feministas. As reivindicações são muitas vezes as mesmas, mas as pessoas não são, são mulheres muito jovens que foram criadas em uma época em que se disse a todo momento que o feminismo nem era mais necessário pois já haveria igualdade, mas elas crescem e se deparam com piadas machistas, assédio na escola, *bullying*, violência, desigualdade, e estão reagindo a isso como pessoas. Também, por outro lado, vemos pessoas querendo que se volte a um tempo de ditadura, que chegam a dizer que a tortura e as atrocidades cometidas por aqueles governos ditatoriais foram necessários. A figura da Presidenta Dilma trás tudo isso a tona, pois ela teve militância de esquerda nos anos 60, foi presa e torturada, tornou-se uma profissional respeitada, e uma figura política importante, conhecida por sua seriedade, competência e determinação, foi a primeira e única mulher eleita para a presidência da República, duas vezes. Ela desafia tanto os privilégios de classe ao realizar um governo que distribui renda, quanto os de raça ao assegurar políticas de cotas nas universidades e no serviço público, quanto, talvez principalmente, os de gênero por ser uma mulher forte e por estar no poder. Considero que isso faz parte do contexto que permitiu que tenha se desencadeado esse golpe contra ela.

RC: Quais são as perspectivas para o futuro do estudos de gênero no Brasil e no mundo?

CSW: Essa é uma pergunta muito ampla. Considero que temos ainda muito o que estudar no Brasil e em outras partes do mundo. As tendências que vejo são de cada vez mais abrirem-se os enfoques para as interseccionalidades, ou seja para estudos que pensem o gênero ao lado de outros aspectos das relações sociais, ou mesmo que pensem esses aspectos em seu conjunto. Outra tendência que consigo ver atualmente é a importância dos estudos de sexualidades de forma muito conjunta com os estudos de gênero, compartilhando enfoques teóricos e metodológicos, insights e mesmo objetos de pesquisa. De minha parte, atualmente estou muito envolvida com a questão de como as emoções são importantes para os jogos de gênero e de sexualidades. Acho que essa é também uma tendência, a de procurar encontrar aspectos que fogem um pouco das racionalidades, e encontrar espaço para sensibilidade, emoções, afetos, nas nossas pesquisas. Ano que vem, de 30 de julho a 04 de agosto de 2017 teremos na Universidade Federal de Santa Catarina o *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11*, que será realizado em conjunto com o *13o. Women's Worlds Congress*, pela primeira vez na América do Sul. Penso que será um momento único para vermos como serão essas perspectivas. O site do evento, com calendários e chamadas de trabalho já está disponível em www.fazendogenero.ufsc.br.